

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 10/09/2012 Edição Nº 659

Transporte de Valores de MG em greve

Desde a terça-feira da semana passada, os vigilantes de transporte de valores de MG estão fazendo paralisações setoriais. Na terça foi na empresa Protege, com grande adesão dos vigilantes. Na quinta-feira foi a vez da Rodoban e mais uma vez os vigilantes aderiram à paralisação. Os vigilantes reivindicam reajuste salarial, plano de saúde e melhores condições de trabalho. A CNTV e entidade se solidarizam com a luta dos companheiros do transporte de valores de MG, se colocando à disposição para ajudar na luta dos trabalhadores. Fonte: CNTV

Greve no transporte de valores em BH pode deixar bancos sem dinheiro

Os profissionais que fazem o transporte de valores em Belo Horizonte decidiram entrar em greve por tempo indeterminado. A decisão foi tomada nesta terça-feira (4), após assembleia realizada pela categoria. O Sindicato dos Empregados em Empresas de Transporte de Valores do Estado de Minas Gerais (Sintrav-MG) informou que, caso as empresas não atendam às reivindicações dos trabalhadores, a greve pode ser estendida para o restante do Estado.

Todos os trabalhadores, cerca de quatro mil funcionários, aderiram ao movimento, segundo Emanuel Sadi, presidente do Sintrav-MG. Com o movimento da categoria, poderá faltar dinheiro nas agências bancárias e caixas eletrônicos, comprometendo o pagamento de trabalhadores e aposentados.

A categoria exige reajuste salarial de 27%, além de melhores condições de trabalho. As empresas, por sua vez, ofereceram aumento de 4,5% aos profissionais.

Nesta terça-feira, o Sintrav-MG protocolou no Ministério Público do Trabalho (MPT) denúncia de irregularidades nas condições de trabalho da categoria. "Cerca de 30% do nosso efetivo estão doente. A situação é tão crítica que temos funcionários com menos de 30 anos aposentados por invalidez", disse Sadi.

Conforme o presidente do sindicato, os trabalhadores chegam a ficar até 16 horas, inclusive nos fins de semana, dentro de um carro-forte, sem sair do veículo nem para fazer suas necessidades fisiológicas. "Alguns usam até garrafinhas pet para recolher o xixi", contou.

Durante a manhã, os trabalhadores fizeram uma manifestação na porta da empresa Proforte, na avenida Carlos Luz. De lá, profissionais seguiram até a Praça Sete. "Quem transporta valor não tem valor", sentenciou Sadi. Ele vai continuar tentando um acordo com as empresas para colocar um ponto final na greve.

No dia 06/09 novas paralisações aconteceram em duas empresas, entre elas a Rodoban.

Fonte: Hoje em Dia com CNTV



Vigilantes querem providências do MPT para o problema de intra-jornada da categoria

Os trabalhadores em vigilância de Rondônia exigem que as empresas ofereçam melhores condições de trabalho e que a notificação recomendatória do Ministério Público do Trabalho (MPT), que exige às empresas que ofereçam um local adequado para o intervalo intrajornadas, e não está sendo cumprido, seja suspensa até que haja negociação entre os sindicatos laboral e patronal.

Mesmo considerando que não havia condições de realizar a audiência, pela ausência do sindicato patronal na última segunda-feira, a promotora do trabalho, Fabíola Salmito ouviu e relatou em ata, novamente as reivindicações dos trabalhadores e a proposta de acordo, já apresentada ao sindicato patronal, do intervalo ser reduzido a 30 minutos sem redução salarial e a solicitação de fiscalização para averiguar as reais condições dos postos de trabalho. Estavam presentes a diretoria do sindicato dos vigilantes de Rondônia, representantes dos trabalhadores e representantes da CUT-RO.

Fabíola Salmito explicou que as questões a serem debatidas dependem da presença do sindicato patronal e se comprometeu a marcar uma nova audiência que será presidida pela procuradora do trabalho Clarisse de Sá Farias Malta, que acompanha o processo desde o início, para a próxima semana.

Por fim, os trabalhadores entregaram um abaixo assinado, solicitando um prazo de seis meses para discutir a situação em âmbito intersindical, com a participação do Ministério Público do Trabalho e da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-RO).

Para o presidente da CUT,



Itamar Ferreira, tanto a atuação do MPT, quanto da SRTE, de fiscalizar as condições de trabalho estão corretas e devem ser elogiadas; entretanto, há que se buscar uma solução que abranja os aspectos legais e, também, a

realidade específica da categoria dos vigilantes; que inclusive já foi contemplada com posicionamento diferenciado pela Justiça do Trabalho, quanto à jornada de 12 por 36 horas de descanso.

Fonte: Jornal O Rondoniense

Vigilantes de Brasília: Paralisação na VIP Segurança garante pagamento de salário atrasado

Os vigilantes da VIP Segurança, que prestam serviço na ANATEL, estavam com os salários, vale transporte e vale refeição atrasados. Sem que a Empresa tomasse as devidas providên-

cias para resolver o problema, o Sindicato chamou os vigilantes e fez uma paralisação. Com isso, a ANATEL deu um ultimato à Empresa e no dia seguinte os pagamentos foram efetuados.



XXXIV Congresso Nacional dos Advogados Trabalhistas – CONAT

Em abertura de Congresso, Dalazen alerta advogados sobre necessidade da certificação digital

Na abertura do XXXIV Congresso Nacional dos Advogados Trabalhistas – CONAT no dia 4 em Maceió (AL), o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, alertou para a necessidade de os advogados obterem a certificação digital. "Senhores advogados, cooperem conosco na obtenção urgente de certificação, que é fermenta indispensável para atuar no sistema de processo eletrônico", solicitou.

O alerta se deve ao fato de que, com a chegada do processo eletrônico, para propor uma ação trabalhista ou praticar qualquer ato processual dentro do PJe-JT, o advogado irá precisar de um certificado digital, ferramenta que exerce a função da assinatura pessoal em ambientes virtuais.

O presidente do TST ressaltou a importância do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), que classifica de "revolução silenciosa". O sistema, de acordo com ele, irá proporcionar rapidez, produtividade, sustentabilidade ambiental, acessibilidade 24 horas, entre outras vantagens. Por isso, a necessidade de todos os advogados se converterem em usuários e colaboradores capacitados do novo sistema. "Colaboradores inclusive com a bem-vinda crí-



Dalazen em discurso aos advogados: "cooperem conosco na obtenção urgente de certificação, que é fermenta indispensável para atuar no sistema de processo eletrônico"

tica construtiva que nos ajudará a evoluir", afirmou.

Dalazen revelou, ainda, que já foram iniciados os procedimentos operacionais para a instalação do processo eletrônico no TST em fevereiro do próximo ano, quando o Tribunal abandonará o atual sistema de digitalização para o envio de peças. "Isso significa que a Justiça do Trabalho começou a dizer adeus ao processo judicial em autos de papel", explicou.

Ele acrescentou que a Justiça do Trabalho "caminha célere e determinada" para torna-se, muito em breve, o primeiro segmento do Poder

Judiciário do país a dispor de um sistema uno, nacional e moderno de processo.

Ontem foi implantado o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) no Tribunal Regional do Trabalho de 3ª Região (MG). "É a 14ª região da Justiça do Trabalho que recebeu o novo sistema, cumprindo o compromisso assumido com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de até o final do ano instalar o sistema em 10% das varas do trabalho de cada uma das 24 regiões da Justiça do Trabalho", concluiu o presidente.

Fonte: TST

Situação precária dos terceirizados domina debate na CDH

A precariedade das condições de trabalho de terceirizados no Brasil foi o centro dos debates nesta quarta-feira (6) em audiência promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH). Os principais problemas enfrentados por esses profissionais, segundo os debatedores, são baixos salários, ausência de direitos trabalhistas e grande rotatividade nos postos de trabalho.

De acordo com dados apresentados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), os trabalhadores terceirizados ganham 27,1% menos que os diretamente contratados, trabalham três horas semanais a mais, têm menos benefícios e estão mais sujeitos a acidentes de trabalho e morte. Ainda conforme a CUT, o tempo, em média, em um mesmo emprego, chega a ser 55% menor do que o de um trabalhador efetivo da empresa. Os dados são de 2010.

- Onde tem terceirização, tem precarização. Não tem igualdade de direitos, o que a gente sabe que fere totalmente a Constituição Federal – disse a secretária Nacional de Relações de Trabalho da CUT, Maria das Graças Costa.

Segundo estimativa apresentada pelo presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo Azevedo Lima, mais de 10 milhões de brasileiros são trabalhadores terceirizados. Ele também afirmou que esse tipo de empregado “trabalha mais, ganha menos, tem maior rotatividade (fica, em média, três anos a menos no trabalho) e tem menos direitos”.

Além de ganhar menos e trabalhar mais, os terceirizados são empregados em funções que trazem

maior risco de acidente e mortes. De acordo com estatísticas citadas pelo presidente da ANPT, oito em cada 10 acidentes no ambiente de trabalho envolvem funcionários terceirizados.

- As estatísticas referentes ao meio ambiente do trabalho e, mais especificamente, em relação aos acidentes de trabalho, são infinitamente mais preocupantes para esse segmento da classe trabalhadora – apontou Lima.

Os terceirizados também correm mais risco de sofrer “calotes” das empresas e são mais comumente vítimas de discriminação e, de acordo com a secretária Nacional de Relações de Trabalho da CUT, eles são muitas vezes vistos e tratados nas empresas como “trabalhadores de segunda classe”.

- Os trabalhadores têm a mesma função [que um efetivo], na mesma empresa, mas são tratados realmente de formas muito diferentes – ressaltou Maria das Graças.

Redução de Custos

Para a economista Marilane Oliveira Teixeira, pesquisadora do Cen-

tro de Estudos sobre Sindicalismo e Relações do Trabalho da Universidade de Campinas (Unicamp), o número elevado de trabalhadores com esse tipo de vínculo contratual não condiz com a atual situação político-econômica do país.

Ao comparar o contexto econômico brasileiro nos últimos oito anos com a década de 1990, ela afirmou ser paradoxal com a manutenção desse tipo de vínculo empregatício o fato de o Brasil ter gerado milhões de postos de trabalho, ter avançado na formalização do emprego e praticado uma política de valorização mais acentuada do salário mínimo.

De acordo com a pesquisadora, a principal motivação da terceirização é a redução de custos nas empresas.

- A terceirização se constitui na face mais perversa da precarização do trabalho porque ela oculta um discurso de modernização e eficiência. Poucos ousam afirmar no meio empresarial que a terceirização é uma estratégia para redução de custos – disse Marilane Teixeira.

Fonte: Agência Senado



Genaldino Magela / Agência Senado

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Walkiria Simões
Projeto gráfico e diagramação: Walkiria Simões



site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF